

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOSÉ CICERO DOS SANTOS, brasileiro (a), estado civil —, profissão —, CI — RG nº 744.421 CPF/MT nº 515.767.244-68, residente e domiciliado à rua Helio Jatobá I, Quadra K de Maceió, estado Alagoas, CEP: 57240-000, telefone: —.

OUTORGADO: —

neste ato representado por seu advogado Alessandra Maria Cerqueira de Medeiros Cavalcante, inscrito(a) na OAB/AL sob nº 9.509, com endereço comercial à Rua: Pombal, Gustavo Lima, nº 2789 - Sala 308, na cidade de Maceió, Estado do Alagoas.

PODERES: os mais amplos e ilimitados poderes da cláusula "*ad judicia et extra*" para o Foro em geral e, especialmente, onde com esta se apresentar, defender, em conjunto ou separadamente, o Outorgante em qualquer ação em que mesmo seja réu, assistente, opoente ou de qualquer forma interessado, podendo propor ações e delas variar ou desistir, transigir, reconvir, fazer acordos, receber e dar quitação, retirar alvarás e oferecer todos os recursos em direito admitidos em qualquer instância ou Foro, podendo ainda prestar declarações que julgue sejam necessárias, representando o Outorgante inclusive na área administrativa, voluntária ou contenciosa. Requerer documentos, vista de processos, apresentando recursos ou reclamações, junto às entidades da Administração Pública Direita e Indireta, Autarquias e Fundações (Receitas Federal do Brasil, Estadual e Municipal, INSS, Ibama, Juntas Comerciais, Cartórios Judiciais, etc...), podendo tudo o mais praticar para o mais completo desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes.

PODERES ESPECIAIS: solicitar e retirar: a) cópia autenticada de Laudo de Lesões Corporais junto ao IML - Instituto Médico Legal, b) cópia autenticada de Boletim de Ocorrência junto a Delegacia de Acidentes de Trânsito, Polícia Rodoviária e Polícia Militar, bem como, os poderes para requerer quaisquer outros documentos perante esses órgãos que vierem a ser necessários, e por último, poderes especiais para MOVER AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E OU SECURITARIA, podendo autorizar seu procurador(a) supra a requerer os benefícios da Assistência Jurídica Gratuita nos termos da Lei 1.060/50 e 7.115/93

Maceió, 30 de janeiro de 2012.

José Cicero dos Santos
OUTORGANTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI 09

13.644 +

POLEGAR DIREITO

13.644 +

ASSINATURA DO TITULAR

Jose Cicero dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 744.421

DATA DE EXPEDIÇÃO 23.05.1975

NOME José Cicero dos Santos

FILIAÇÃO Antonio Miguel dos Santos e Aurelina dos Santos

S. Miguel dos Campos - Al. 19.02.1975

NATURALIDADE

C. Nasc. 30.9.1944 - Liv. 4-42 Fls. 8

DOC ORIGEM

Mun. de São Miguel dos Campos - Al.

CPF 51576724-68

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/03/83

1867



Companhia Energética de Alagoas
 Rua dos Lima, nº 3349 - Gruta de Lourdes - CEP: 57057-900
 AL - CNPJ: 12.272.084/0001-00 - IE: 24007177-8
 ÓRGÃO DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA
 DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇOS SÉRIE U Nº

PARA CONTATO COM A CEAL
 INFORME ESTE NÚMERO
 CÓDIGO ÚNICO

757997-7

000799171

ENILDA CESARIO DA SILVA
 HELIO JATOBA I 8 QUADRA - K BAIRRO DE
 IMA - SAO MIGUEL DOS CAMPOS
 : 57.240-000

LOC. SET. ROT. SEQ: 012. 05. 002. 003080

aturado	DEZ/2011	Classificação	RESID. BX. RENDA
entação	23/12/2011	Ligação	MONOFASICA
a atual	8729 23/12/2011	Medidor kWh	00001499804
a anterior	8643 25/11/2011	Constante	00001.000
le consumo	28	Forma faturamento	NORMAL
uo kWh	22/01/2012	Consumo medido em kWh	86
na leitura	00060447895404	Consumo faturado em kWh	86
			1379839

/ CPF:		IE / RG:	
HISTÓRICO DE CONSUMO			
MÊS	CONSUMO	MÊS	CONSUMO
NOV/11	101	AGO/11	86
OUT/11	83	JUL/11	98
SET/11	82	JUN/11	94
		MAR/11	127
		ABR/11	99
		MAY/11	97
		FEV/11	85
		JAN/11	137
		DEZ/10	101
INSUMO			
30 kWh a R\$		0.144981 =	
56 kWh a R\$		0.248516 =	
		4.34	
		13.91	
		19.40	

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu, Jose Cecero dos Santos,
 portador(a) da cédula de identidade (RG) sob nº 744.421,
 inscrito(a) no cadastro de pessoas físicas (CPF/MF) sob nº S15.767.244-68, residente e domiciliado(a) na cidade de
S.M. dos Campos / AL, sito à Rua
Helio Jaloba I, nº 8,
 complemento Quilômetro K Bairro de Katima, declaro
 sob as penas da lei que não tenho condições de arcar com as custas do
 processo sem prejuízo do meu sustento e de minha família, por isso requeiro
 os benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da lei nº 1060/50.

Maceió, 30 de Janeiro de 20 12

Jose Cecero dos Santos
 Nome:

Número 006642 Série 00005-AL.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Jose Cicero das Santos
ASSINATURA DO PORTADOR





QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Jose Cicero das Santos

Loc. Nascimento São Miguel dos Campos

Est. Paraíba Data 19.02.68

Filiação Antônio Miguel dos Santos e Rosa Lina dos Santos

Est. Civil Solteiro Doc. N° 30.990

Fls. 89.18 Liv. R. 49 Reg. Civil 54. Cando

Outro doc. _____

Situação Militar: Doc. _____ Est. AL.

N° _____ Órgão _____ Em _____

Naturalizado Dec. N° _____

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em _____ Exp. em _____

Doc. Ident. N° _____

Estado São Miguel dos Campos

Obs. 24.07.85 DRT AL.

Jose Cicero B. das Santos
Assinatura do Funcionário

14

CONTRATO DE TRABALHO
CNPJ 01.771.692/0001-34

Empregador **SENA SEGURANÇA INTELIGENTE E TRANSP. DE VAL LTDA**
ALAGOAS

Rua **Rua Dr. Alípio Magalhães, Nº 2**
Farol - CEP 57050-080

Município **Farol - AL**

Esp. do estabelecimento **Vigilante**

Cargo **Vigilante**

C.B.O. nº **514330**

Data admissão **01** de **Janeiro** de **2007**

Registro nº **RA 36280 + 361**

Remuneração especificada **Trêscentos e sessenta e dois reais e oitenta e centavos + 36% D.P.m.**

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º **Administradora da SENA**
2º

Data saída **22** de **Setembro** de **2012**

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º **SENA SEGURANÇA INTELIGENTE E TRANSP. DE VAL LTDA.**
2º **(D-151740025)**

CONTRATO DE TRABALHO
CNPJ 01.771.692/0001-34

Empregador **TIGRE - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA**

Rua **Av. Governador Afrânio Lages, 19**

Município **Farol - CEP 57017-225**

Esp. do estabelecimento **Maceió - AL**

Cargo

C.B.O. nº **02**

Data admissão **02** de **Novembro** de **2010**

Registro nº **1650**

Remuneração especificada **RA 510,03 + 36% Quinhentos e dez reais e três centavos**

TIGRE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA
 Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º **Vera Lúcia S. Vilela Edlenza Cavalcanti**
Administradora Administradora
2º

Data saída **21** de **Março** de **2011**

TIGRE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA
 Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º **Vera Lúcia S. Vilela Edlenza Cavalcanti**
Administradora Administradora
2º



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA
DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

NUMERO: 0800-G/12-1064

Pág. 1 /
fls. 14

DELEGACIA: 74º DP - São Miguel dos Campos 6ª DRP/DPJA2
FONE: 32711805 DATA/HORA COMUNICADO: 05/06/2012 09:33
DELEGACIA DESTINO: 74º DP - São Miguel dos Campos 6ª DRP/DPJA2

FATO

NATUREZA: LESÃO CORPORAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO INSTRUMENTO: Nenhum
DATA/HORA: 02/08/2011 10:20 LOCAL DO FATO: Rua do Cemiterio Centro São Miguel dos Campo
DIA DA SEMANA: 2 PONTO DE REFERÊNCIA: MERCARIA DO ZÉ ROQUE

COR
1 BRANCO 4 PARDÔ
2 PRETO 5 SÁRARA
3 AMARELO 6 ALBINO

ESTADO CIVIL
1 SOLTEIRO 4 SEPARADO
2 CASADO 5 AMASIADO
3 VIUVO

NACIONALIDADE
1 BRAS NATO
2 BRAS. NATURALIZADO
3 ESTRANGEIRO

DIA DA SEMANA
1 SEG 4 QUI 7 DOM
2 TER 5 SEX
3 QUA 6 SAB

GRAU DE INSTRUÇÃO
1 ANALFABETO 4 NÍVEL MÉDIO
2 ALFABETIZADO 5 SUPERIOR
3 FUNDAMENTAL

VITIMA
NOME / RAZÃO SOCIAL: JOSE CICERO DOS SANTOS RG: 744.421 SSP-AL CPF: 515767244-9
FILIAÇÃO: ANTONIO MIGUEL DOS SANTOS AURELINA DOS SANTOS
PROFISSÃO: Vigilante DATA DE NASCIMENTO: 19/02/1968 IDADE: 43 COR: SEXO: M
UF: AL NATURALIDADE: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS NACIONALIDADE: 1 ESTADO CIVIL: 2 GRAU INSTRUÇÃO: 4 TURISTA: NÃO
ENDEREÇO: LOT. HELIO JATOBA I Qd K Nº 8
BAIRRO: CIDADE: São Miguel dos Campos FONE: 9309.3594
SE () PM () PF () PC () PRF () BM () GM ESPECIFICAR () EM SERVIÇO () FORA DE SERVIÇO () INATIVO
AFINIDADE VITIMA -> AUTOR OCORRÊNCIA RELACIONADA A Nº 0800-G/12-09

AUTOR: DESCONHECIDO

HISTÓRICO

Advertido das penas cominadas aos artigos 299 e 340 do CBP, Relata a vítima QUE, no dia 02/08/2011 às 10hs20min transitava na Rua do Cemiterio em uma moto, quando de repente foi abarreado por um veículo não identificado. QUE a vítima veio a cair da moto. QUE a vítima foi socorrida e levada para o Hospital deste município. URG 254729 Cd Paciente. 18674. Nada mais foi dito.

TESTEMUNHA

1 NOME: JORGE FRANCISCO DOS SANTOS

ENDEREÇO: LOT. WELLINGTON TORRES, QD. E 61 Outro São Miguel dos Campos AL

2 NOME: Rafael Carlos Virtuosa

ENDEREÇO: Lot. Hélio Jatoba I, Quadra K 69 Fátima São Miguel dos Campos AL

NOTICIANTE:

ELABORADO POR: Sania Dayse Buarque Pereira

AUTORIDADE: José Ailton Cavalcante de Almeida

ESCRIVÃO AD-HOC: Sania Dayse Buarque Pereira

ASS.

ASS.

ASS.

ASS.

RG / MAT.: 584673

RG / MAT.: 219258

RG / MAT.: 584673



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL GERAL DO ESTADO PROFESSOR OSVALDO BRANDÃO VILELA
SECRETARIA HOSPITALAR

RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE: Jose Cícero dos Santos

D.N. / IDADE: 19.02.68

PRONTUÁRIO: 1728793

DATA DO ATENDIMENTO: 25.08.2011

HORA: 092h:16 min

ALTA: 27.08.11

CID:S.00

DIAGNÓSTICO: ➤ Fratura crânio encefálico.

TRATAMENTO: ➤ Pequena cirurgia.

ACHADO: ➤ Escoriações em face som sangramento nasal.
➤ Fratura anterior do seio frontal.

CONDUTA: ➤ Avaliação da neurocirurgia.
➤ Avaliação do bucomaxilo facial.
➤ Medicado.
➤ Tomografia de crânio.
➤ Sutura do ferimento da lesão nasal.
➤ Orientado para fazer cirurgia eletiva.

OBS.: Paciente atendido pela equipe médica desta Unidade de Emergência através do Sistema Único de Saúde.

OBS.: Relato as informações constantes no prontuário.

Maceió, 16 de maio de 2012

Sônia Ramalho F. L. de Abreu
Médica HGE
CRM-1346/AL

Cadastrar Processo:



Vítima: JOSE CICERO DOS SANTOS - Processo: 3939

- VÍTIMA
- DADOS
- BENEFICIÁRIOS
- ANDAMENTO
- DOCUMENTOS

Sinistro	Data	Descrição	Nome
2013/069821	03/07/2013	Previsão de Pagamento do Processo do Beneficiário Previsão: 04/07/2013 Valor: R\$ 2.362,50	Enrique
2013/069821	06/05/2013	BOLETIM DE OCORRENCIA FOI ENVIADO A SEGURADORA	Eduardo Fonseca
2013/069821	02/04/2013	SOLICITAMOS ADITAMENTO AO BO, INFORMANDO DADOS DO VEÍCULO.	thomasmartins
2013/069821	15/08/2012	SINISTRO BLOQUEADO PELA SEGURADORA. O DESBLOQUEIO JÁ FOI SOLICITADO.	line.souza



Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

Autos n.º 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Sumário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

DESPACHO - VISTO EM CORREIÇÃO - Provimento nº 19/2011

1. () PROCESSO EM ORDEM, NADA A PROVER.
2. **A CONCLUSÃO PARA:**
 - 2.1. (**X**) **DESPACHO**
 - 2.2. () DECISÃO
 - 2.3. () SENTENÇA
3. **COBRE-SE:**
 - 3.1. () A DEVOLUÇÃO DE PRECATÓRIA
 - 3.2. () A DEVOLUÇÃO DE MANDADO
4. () CUMpra-SE O DESPACHO DE FLS.
5. () REITERE-SE O DESPACHO DE FLS.
6. () MANTENHA-SE O FEITO SOBRESTADO.
7. () ARQUIVE-SE, APÓS BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.
8. () AUTUE-SE.
9. **REMETA-SE**
 - 9.1. () AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 - 9.2. () À CONTADORIA
 - 9.3. () À DISTRIBUIÇÃO
10. () EXPEÇA-SE CERTIDÃO AO FUNJURIS
11. **COLOQUE-SE NA PAUTA DE AUDIÊNCIA:**
 - 11.1. () CONCILIAÇÃO
 - 11.2. () INSTRUÇÃO
 - 11.3. () OUTRA
12. **ABRA-SE VISTA AO ADVOGADO:**
 - 12.1. () DO AUTOR
 - 12.2. () DO RÉU
 - 12.3. () DAS PARTES
13. () ABRA-SE VISTA AO DEFENSOR PÚBLICO
14. () ABRA-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
15. () JUNTE-SE PETIÇÃO
16. () CUMpra-SE O ATO PROCESSUAL DETERMINADO
17. () REITERE-SE OFÍCIO
18. **EXPEÇA-SE:**
 - 18.1. () ATO ORDINATÓRIO
 - 18.2. () EDITAL
 - 18.3. () PRECATÓRIA
 - 18.4. () OFÍCIO
 - 18.5. () MANDADO
 - 18.4. () OFÍCIO
 - 18.5. () MANDADO
 - 18.6. () CARTA
 - 18.7. () ALVARÁ
19. **PUBLIQUE-SE:**
 - 19.1. () ATO ORDINATÓRIO
 - 19.2. () DESPACHO
 - 19.3. () DECISÃO
 - 19.4. () SENTENÇA
20. () CERTIFIQUE-SE O DECURSO DO PRAZO
21. () DEVOLVA-SE CARTA PRECATÓRIA
22. () RETORNEM OS AUTOS AO ARQUIVO
23. () AGUARDE-SE O PRAZO DE SUSPENSÃO
24. () OUTROS:

Maceió(AL), 09 de dezembro de 2014.

Gustavo Souza Lima

Juiz de Direito



Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro
Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

Autos nº 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Sumário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

DESPACHO - VISTO EM CORREIÇÃO - 2015
Provimento nº 19/2011

1. () PROCESSO EM ORDEM, NADA A PROVER.
2. **À CONCLUSÃO PARA:**
 - 2.1. (**x**) **DESPACHO**
 - 2.2. () DECISÃO
 - 2.3. () SENTENÇA
3. **COBRE-SE:**
 - 3.1. () A DEVOLUÇÃO DE PRECATÓRIA
 - 3.2. () A DEVOLUÇÃO DE MANDADO
4. () CUMpra-SE O DESPACHO DE FLS.
5. () REITERE-SE O DESPACHO DE FLS.
6. () MANTENHA-SE O FEITO SOBRESTADO.
7. () ARQUIVE-SE, APÓS BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.
8. () AUTUE-SE.
9. **REMETA-SE**
 - 9.1. () AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 - 9.2. () À CONTADORIA
 - 9.3. () À DISTRIBUIÇÃO
10. () EXPEÇA-SE CERTIDÃO AO FUNJURIS
11. **COLOQUE-SE NA PAUTA DE AUDIÊNCIA:**
 - 11.1. () CONCILIAÇÃO
 - 11.2. () INSTRUÇÃO
 - 11.3. () OUTRA
12. **ABRA-SE VISTA AO ADVOGADO:**
 - 12.1. () DO AUTOR
 - 12.2. () DO RÉU
 - 12.3. () DAS PARTES
13. () ABRA-SE VISTA AO DEFENSOR PÚBLICO
14. () ABRA-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
15. () JUNTE-SE PETIÇÃO
16. () CUMpra-SE O ATO PROCESSUAL DETERMINADO
17. () REITERE-SE OFÍCIO
18. **EXPEÇA-SE:**
 - 18.1. () ATO ORDINATÓRIO
 - 18.2. () EDITAL
 - 18.3. () PRECATÓRIA
 - 18.4. () OFÍCIO
 - 18.5. () MANDADO
 - 18.6. () CARTA
 - 18.7. () ALVARÁ
19. **PUBLIQUE-SE:**
 - 19.1. () ATO ORDINATÓRIO
 - 19.2. () DESPACHO
 - 19.3. () DECISÃO
 - 19.4. () SENTENÇA
20. () CERTIFIQUE-SE O DECURSO DO PRAZO
21. () DEVOLVA-SE CARTA PRECATÓRIA
22. () RETORNEM OS AUTOS AO ARQUIVO
23. () AGUARDE-SE O PRAZO DE SUSPENSÃO
24. () OUTROS:

Maceió(AL), 25 de janeiro de 2016.

Gustavo Souza Lima
 Juiz de Direito



Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador
Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-
AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

Autos n.º 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Sumário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

DESPACHO (visto em correção)

Defiro à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita, que compreenderá o conteúdo previsto no artigo 98, § 1.º e incisos, do CPC.

Em atenção ao disposto no artigo 1.046, § 1.º, do CPC, imprimo o procedimento sumário à presente demanda, considerando que por força do revogado artigo 275, alínea "e", do CPC/73, assim se considerava tal procedimento para as causas envolvendo o pagamento de seguro por acidente de veículo, conforme se postula neste processo.

Destarte, cite-se a parte ré para comparecer na audiência preliminar que será apazada pelo cartório, ocasião em que, não havendo solução conciliada do litígio, terá o réu oportunidade de se defender, oferecendo resposta oral ou escrita, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na petição inicial.

Expeça-se mandado de citação do réu, intimando-o no mesmo ato para comparecer a audiência, com a advertência supra.

Publique-se.

Maceió(AL), 11 de maio de 2017.

Gustavo Souza Lima
Juiz de Direito



Juízo de Direito - 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador
Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-
AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

Autos nº: 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Sumário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que que solicitei ao Diati o encerramento das pendências nos autos supracitados, para os fins de remessa ao CJUS.

O referido é verdade, do que dou fé.

Maceió, 04 de outubro de 2017.

Aline Teixeira Cassiano
Analista Judiciário



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

**Juízo de Direito - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E
CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL**
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: (82) 4009-3707,
Maceió-AL - E-mail: centralconciliacao@tjal.jus.br**

Autos nº: 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 14 de maio de 2018, às 13 horas e 30 minutos, a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma.

ADVERTÊNCIA

- 01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC);
- 02) O não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ensejar aplicação da multa, prevista no § 8.º do art. 334 do CPC, no importe de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa;
- 03) O pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu deverá ser feito, por petição, até 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada.
- 04) as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados/ Defensor Público.

Maceió, 21 de fevereiro de 2018

Maria Ângela Mata Machado Veras
Escrivã

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0051/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Alessandra Maria Cerqueira de Medeiros Cavalcante (OAB 9509/AL)	D.J

Teor do ato: "Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 14 de maio de 2018, às 13 horas e 30 minutos, a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma. ADVERTÊNCIA01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC);02) O não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ensejar aplicação da multa, prevista no § 8.º do art. 334 do CPC, no importe de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa;03) O pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu deverá ser feito, por petição, até 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada.04) as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados/ Defensor Público."

Maceió, 21 de fevereiro de 2018.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0051/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 22/02/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 26/02/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Alessandra Maria Cerqueira de Medeiros Cavalcante (OAB 9509/AL)	5	02/03/2018

Teor do ato: "Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 14 de maio de 2018, às 13 horas e 30 minutos, a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma.AVERTÊNCIA01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC);02) O não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ensejar aplicação da multa, prevista no § 8.º do art. 334 do CPC, no importe de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa;03) O pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu deverá ser feito, por petição, até 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada.04) as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados/ Defensor Público."

Maceió, 22 de fevereiro de 2018.



Juízo de Direito - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL
Av. Presidente Roosevelt, 206, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: (82) 4009-3707, Maceió-AL - E-mail: centralconciliacao@tjal.jus.br

Autos nº 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Assunto: Acidente de Trânsito

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

Mandado nº 001.2018/015075-9

MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO

De ordem da Doutor(a) José Miranda Santos Junior , Juíz (a) de Direito CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL, da Comarca de Maceió/AL, em cumprimento ao art. 3º do provimento 2/2006, na forma da lei etc.

MANDA o(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça a quem este for distribuído, que, em cumprimento ao presente, extraído do processo nº 0722613-85.2013.8.02.0001 **da CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL Vara Cível da Capital / Família, EFETUE A CITAÇÃO DO RÉU** para comparecer a audiência de conciliação da ação de de Procedimento Ordinário interposta por José Cícero dos Santos contra Gilvania Batista de A Silva

AUDIÊNCIA: Local: Central de Conciliação, no endereço suso reportado, no dia **14/05/2018 às 13:30h**

ADVERTÊNCIA

- 01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC);
- 02) O não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ensejar aplicação da multa, prevista no § 8.º do art. 334 do CPC, no importe de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa;
- 03) O pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu deverá ser feito, por petição, até 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada.
- 04) as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados/ Defensor Público.

Destinatário

FEDERAL SEGUROS S.A., com endereço do Sol, 79, Edifício F. Soares, sala 410, Centro - CEP 57020-070, Maceió-AL

Eu, Maria Ângela Mata Machado Veras, o digitei, e eu, _____, Maria Ângela Mata Machado Veras , Escrivã(o) Judicial, o conferi e subscrevi.

Maceió (AL), 22 de fevereiro de 2018 .

Maria Ângela Mata Machado Veras
 Maria Ângela Mata Machado Veras

00120180150759

Acesse os autos através do site www.tjal.jus.br com a seguinte senha do processo: Senha de acesso da pessoa selecionada



ESTADO DE ALAGOAS
Poder Judiciário
Juízo de Direito - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL

Autos nº 0722613-85.2013.8.02.0001
Mandado de nº 001.2018/015075-9

Ação: Procedimento Ordinário
Autor: José Cícero dos Santos
Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado acima indicado, compareci ao endereço descrito, às 14 horas do dia 28/02/2018, onde **DEIXEI DE CITAR E DE INTIMAR FEDERAL SEGUROS S.A., pois nele não mais reside (informação transmitida pelo porteiro do prédio, e por mim constatada)**. O referido é verdade; dou fé.

Maceió, 02 de março de 2018.

Saara Sandola da Silva Tenório
Oficiala de Justiça
M889369



Juízo de Direito - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL
Av. Presidente Roosevelt, 206, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: (82) 4009-3707, Maceió-AL - E-mail: centralconciliacao@tjal.jus.br

Autos nº: 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

TERMO DE ASSENTADA

Aos 14 de maio de 2018, às 14:59, na CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL, desta Comarca de Maceió, no Fórum, perante o Dr. Leandro de Castro Folly, MM. Juiz de Direito, da Conciliadora Jayane Maria Feijó França e das estudantes de Direito da UNINASSAU em formação supervisionada, Jackeline da Silva Tenório inscrita sob CPF de nº 103.496.564-60, Maria do Ó do Nascimento, inscrita sob CPF de nº 029.964.474-09, foram apregoadas as partes acima identificadas, ambas ausentes. Compulsando-se os autos foi verificado que somete a parte requerente fora intimada da presente conforme Certidão às fls. 23. O Requerido não foi citado/intimado, conforme certidão às fls. 25. **Diante do exposto, remetam-se os autos à Vara de Origem, para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis.** Lido este termo, cientes e acordes os presentes e não havendo mais a constar, seguem assinaturas.

Maceió, 14 de maio de 2018

MM. Juiz:
 Requerente:
 Requerido:
 Conciliadora:
 Estudantes:



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

**Juízo de Direito - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E
CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL**

**Av. Presidente Roosevelt, 206, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: (82) 4009-3707,
Maceió-AL - E-mail: centralconciliacao@tjal.jus.br**

Autos nº: 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

TERMO DE ASSENTADA

Aos 14 de maio de 2018, às 14:59, na CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL, desta Comarca de Maceió, no Fórum, perante o Dr. Leandro de Castro Folly, MM. Juiz de Direito, da Conciliadora Jayane Maria Feijó França e das estudantes de Direito da UNINASSAU em formação supervisionada, Jackeline da Silva Tenório inscrita sob CPF de nº 103.496.564-60, Maria do Ó do Nascimento, inscrita sob CPF de nº 029.964.474-09, foram apregoadas as partes acima identificadas, ambas ausentes. Compulsando-se os autos foi verificado que somete a parte requerente fora intimada da presente conforme Certidão às fls. 23. O Requerido não foi citado/intimado, conforme certidão às fls. 25. **Diante do exposto, remetam-se os autos à Vara de Origem, para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis.** Lido este termo, cientes e acordes os presentes e não havendo mais a constar, seguem assinaturas.

Maceió, 14 de maio de 2018

MM. Juiz:

Requerente:

Requerido:

Conciliadora: *Jayne Maria Feijó França*

Estudantes: *Jackeline da Silva Tenório*

Maria do Ó do Nascimento



Juízo de Direito da 25ª Vara Cível da Capital / Família
Av Parque Residencial, s/n, Benedito Bentes I - CEP 57084-040, Fone: 4009-5759,
Maceió-AL - E-mail: vcivel25@tjal.jus.br

Autos nº 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

DESPACHO

Tendo em vista que a presente demanda é de competência da 12ª Vara Cível da Capital, remetam-se os autos à distribuição, para fins de redistribuição.

Cumpra-se.

Maceió(AL), 16 de maio de 2018.

Wlademir Paes de Lira
Juiz de Direito em Substituição



Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador Jairon
Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-AL - E-
mail: vcivel12@tjal.jus.br

Autos nº 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Ordinário
Autor: José Cícero dos Santos
Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

Ato Ordinatório:

Em cumprimento ao Provimento nº 13/2009, da
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, manifeste-se a parte autora sobre a
certidão de fls. 25, no prazo de 15 (quinze) dias.

Maceió, 01 de agosto de 2018.

Cláudia Torres de Moraes
Escrivã

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0215/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Alessandra Maria Cerqueira de Medeiros Cavalcante (OAB 9509/AL)	D.J

Teor do ato: "Em cumprimento ao Provimento nº 13/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, manifeste-se a parte autora sobre a certidão de fls. 25, no prazo de 15 (quinze) dias."

Maceió, 1 de agosto de 2018.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0215/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 02/08/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 06/08/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
11/08/2018 - Dia do Advogado - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Alessandra Maria Cerqueira de Medeiros Cavalcante (OAB 9509/AL)	15	24/08/2018

Teor do ato: "Em cumprimento ao Provimento nº 13/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, manifeste-se a parte autora sobre a certidão de fls. 25, no prazo de 15 (quinze) dias."

Maceió, 2 de agosto de 2018.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ – AL.

AUTOS 0722613-85.2013.8.02.0001

José Cícero dos Santos, já qualificado nos autos de **AÇÃO DE COBRANÇA**, que move em face de **FEDERAL SEGUROS S/A** vem por seu procurador abaixo subscrito, com o devido respeito à douta presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho de fls. retro, vem expor e requerer o que segue:

Ressaltando o fato de a **FEDERAL SEGUROS S/A**, atual Ré na lide em questão, não mais fazer-se presente com sucursal representativa nesta capital, sendo assim, vem o Autor, **REQUERER a Substituição do Polo Passivo** da presente ação, alterando a parte demandada para a parte e o endereço abaixo citado.

- **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço a Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-205.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Maceió, 8 de agosto de 2018

ALESSANDRA MARIA CERQUEIRA DE MEDEIROS CAVALCANTE
OAB/AL 9.509



Juízo de Direito - 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador
Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-
AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

Autos nº: 0722613-85.2013.8.02.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A.

DECISÃO

Considerando que ainda não houve a formalização do movimento citatório na presente demanda, conforme certificado à fl. 25, defiro o pedido de substituição do polo passivo da presente demanda, lançado pela parte autora à fl. 32, devendo a Sra. Chefe de Secretaria promover os necessários acertamentos cadastrais.

Após, considerando as especificidades da causa, e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, entendo que a realização da audiência de conciliação estabelecida no artigo 334, do CPC mostra-se ineficaz e não surtirá seus devidos efeitos ao presente caso, haja vista que a conciliação restará infrutífera antes de haver a produção de prova pericial com a finalidade de comprovar o percentual da lesão e o montante que a parte autora faz jus, razão pela qual, com base no princípio da celeridade processual e amparado ao artigo 139 do CPC, passo a flexibilizar o procedimento da causa e adaptá-lo - CPC, art. 139, VI e enunciado nº 35 da ENFAM: *"Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo."*

Dessa forma, chamo o feito à ordem e passo a determinar o que se segue:

(a) Determino, de ofício, a produção antecipada da prova pericial, tendo em vista a necessidade de um parecer de profissional competente e especializado na área para elucidar as questões técnicas;

(b) Para tanto, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial nestes autos o especialista Dr. Marcello Roter Marins dos Santos, brasileiro, médico, regularmente inscrito no CRM/AL sob nº 7.228, com endereço residencial à Rua Marques de Olinda, 61 Bl 1 Ap 804 Botafogo, Rio de Janeiro, endereço eletrônico "marcelloroter@gmail.com" e telefone 21 987-241-302.



Juízo de Direito - 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador
Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-
AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

(c) De logo, fixo os honorários periciais na importância de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), os quais serão pagos pela ré, nos moldes do Termo de Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, celebrado entre o E. Tribunal de Justiça de Alagoas e Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A;

(d) Observo que a intimação do perito poderá ser realizada através de endereço eletrônico ou contato telefônico;

(e) Cite/Intime-se a parte ré para integralizar a lide, observando-se que o pagamento dos honorários periciais deverá ser realizado nos termos do Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, da seguinte forma: *"2.1. A SEGURADORA LÍDER deverá ser intimada após a realização da perícia médica judicial presencial para efetuar o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, para as perícias médicas presenciais realizadas no curso normal do processo ou a contar da data do recebimento do Ofício original, a ser expedido pelo Juízo competente, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas nas Pautas Concentradas de Perícia. e efetuar o necessário depósito no prazo de 15 dias, a fim de que o feito possa prosseguir;"*

(f) Considerando o art. 465, §1º, sejam, ainda, intimadas partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições. Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º).

(g) Após, determino a Sra. Chefe de Secretaria que, em contato com o Sr. Perito Judicial, designe data para realização da perícia, a qual deverá ocorrer em regime de mutirão.

Expedientes e comunicações necessárias.

Maceió , 13 de março de 2019.

Luciana Josué Raposo Lima Dias
Juíza de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0124/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Alessandra Maria Cerqueira de Medeiros Cavalcante (OAB 9509/AL)	D.J

Teor do ato: "DECISÃO Considerando que ainda não houve a formalização do movimento citatório na presente demanda, conforme certificado à fl. 25, defiro o pedido de substituição do polo passivo da presente demanda, lançado pela parte autora à fl. 32, devendo a Sra. Chefe de Secretaria promover os necessários acertamentos cadastrais. Após, considerando as especificidades da causa, e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, entendo que a realização da audiência de conciliação estabelecida no artigo 334, do CPC mostra-se ineficaz e não surtirá seus devidos efeitos ao presente caso, haja vista que a conciliação restará infrutífera antes de haver a produção de prova pericial com a finalidade de comprovar o percentual da lesão e o montante que a parte autora faz jus, razão pela qual, com base no princípio da celeridade processual e amparado ao artigo 139 do CPC, passo a flexibilizar o procedimento da causa e adaptá-lo - CPC, art. 139, VI e enunciado nº 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo." Dessa forma, chamo o feito à ordem e passo a determinar o que se segue: (a) Determino, de ofício, a produção antecipada da prova pericial, tendo em vista a necessidade de um parecer de profissional competente e especializado na área para elucidar as questões técnicas; (b) Para tanto, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial nestes autos o especialista Dr. Marcello Roter Marins dos Santos, brasileiro, médico, regularmente inscrito no CRM/AL sob nº 7.228, com endereço residencial à Rua Marques de Olinda, 61 Bl 1 Ap 804 Botafogo, Rio de Janeiro, endereço eletrônico "marcelloroter@gmail.com" e telefone 21 987-241-302. (c) De logo, fixo os honorários periciais na importância de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), os quais serão pagos pela ré, nos moldes do Termo de Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, celebrado entre o E. Tribunal de Justiça de Alagoas e Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A; (d) Observo que a intimação do perito poderá ser realizada através de endereço eletrônico ou contato telefônico; (e) Cite/Intime-se a parte ré para integralizar a lide, observando-se que o pagamento dos honorários periciais deverá ser realizado nos termos do Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, da seguinte forma: "2.1. A SEGURADORA LÍDER deverá ser intimada após a realização da perícia médica judicial presencial para efetuar o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, para as perícias médicas presenciais realizadas no curso normal do processo ou a contar da data do recebimento do Ofício original, a ser expedido pelo Juízo competente, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas nas Pautas Concentradas de Perícia. e efetuar o necessário depósito no prazo de 15 dias, a fim de que o feito possa prosseguir;" (f) Considerando o art. 465, §1º, sejam, ainda, intimadas partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições. Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º). (g) Após, determino a Sra. Chefe de Secretaria que, em contato com o Sr. Perito Judicial, designe data para realização da perícia, a qual deverá ocorrer em regime de mutirão. Expedientes e comunicações necessárias. Maceió, 13 de março de 2019. Luciana Josué Raposo Lima Dias Juíza de Direito"

Maceió, 19 de março de 2019.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0124/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 20/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 22/03/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Alessandra Maria Cerqueira de Medeiros Cavalcante (OAB 9509/AL)	5	28/03/2019

Teor do ato: "DECISÃO Considerando que ainda não houve a formalização do movimento citatório na presente demanda, conforme certificado à fl. 25, defiro o pedido de substituição do polo passivo da presente demanda, lançado pela parte autora à fl. 32, devendo a Sra. Chefe de Secretaria promover os necessários acertamentos cadastrais. Após, considerando as especificidades da causa, e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, entendo que a realização da audiência de conciliação estabelecida no artigo 334, do CPC mostra-se ineficaz e não surtirá seus devidos efeitos ao presente caso, haja vista que a conciliação restará infrutífera antes de haver a produção de prova pericial com a finalidade de comprovar o percentual da lesão e o montante que a parte autora faz jus, razão pela qual, com base no princípio da celeridade processual e amparado ao artigo 139 do CPC, passo a flexibilizar o procedimento da causa e adaptá-lo - CPC, art. 139, VI e enunciado nº 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo." Dessa forma, chamo o feito à ordem e passo a determinar o que se segue: (a) Determino, de ofício, a produção antecipada da prova pericial, tendo em vista a necessidade de um parecer de profissional competente e especializado na área para elucidar as questões técnicas; (b) Para tanto, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial nestes autos o especialista Dr. Marcello Roter Marins dos Santos, brasileiro, médico, regularmente inscrito no CRM/AL sob nº 7.228, com endereço residencial à Rua Marques de Olinda, 61 Bl 1 Ap 804 Botafogo, Rio de Janeiro, endereço eletrônico "marcelloroter@gmail.com" e telefone 21 987-241-302. (c) De logo, fixo os honorários periciais na importância de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), os quais serão pagos pela ré, nos moldes do Termo de Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, celebrado entre o E. Tribunal de Justiça de Alagoas e Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A; (d) Observo que a intimação do perito poderá ser realizada através de endereço eletrônico ou contato telefônico; (e) Cite/Intime-se a parte ré para integralizar a lide, observando-se que o pagamento dos honorários periciais deverá ser realizado nos termos do Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, da seguinte forma: "2.1. A SEGURADORA LÍDER deverá ser intimada após a realização da perícia médica judicial presencial para efetuar o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, para as perícias médicas presenciais realizadas no curso normal do processo ou a contar da data do recebimento do Ofício original, a ser expedido pelo Juízo competente, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas nas Pautas Concentradas de Perícia. e efetuar o necessário depósito no prazo de 15 dias, a fim de que o feito possa prosseguir;" (f) Considerando o art. 465, §1º, sejam, ainda, intimadas partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições. Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º). (g) Após, determino a Sra. Chefe de Secretaria que, em contato com o Sr. Perito Judicial, designe data para realização da perícia, a qual deverá ocorrer em regime de mutirão. Expedientes e comunicações necessárias. Maceió, 13 de março de 2019. Luciana Josué Raposo Lima Dias Juíza de Direito"

Maceió, 20 de março de 2019.



Juízo de Direito - 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador
Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-
AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

Autos nº: 0722613-85.2013.8.02.0001
Ação: Procedimento Ordinário
Autor: José Cícero dos Santos
Réu: FEDERAL SEGUROS S.A. e outro

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que em cumprimento à Decisão de fls. 33/34 encaminhei e-mail ao perito Dr. Marcello Roter, por meio do qual foi intimado da Decisão de fls. 33/34, na presente data. O referido é verdade, do que dou fé

Maceió, 06 de abril de 2019.

Karina Nakai de Carvalho Barros
Escrivã



ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível da Capital
Avenida Juca Sampaio, nº 206, Barro Duro, sala 114, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,
Barro Duro - CEP 57040-600, Fone: 4009-3502, Maceió-AL - E-mail: vcivel12@tjal.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

Autos nº 0722613-85.2013.8.02.0001 - Ação: Procedimento Ordinário

Autor: José Cícero dos Santos

Réu: FEDERAL SEGUROS S.A. e Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Destinatário:

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro

Rio de Janeiro-RJ

CEP 20031-205

Observação: A Senha de acesso ao processo encontra-se na parte inferior, junto a assinatura.

Através da presente carta, de ordem do MM Juiz de Direito, Gustavo Souza Lima, fica Vossa Senhoria **CITADA** acerca da existência da ação de procedimento ordinário acima aludida, bem como para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se que o pagamento dos honorários periciais deverá ser realizado nos termos do Convênio de Cooperação Institucional n.º 48/2018, da seguinte forma: "2.1. A SEGURADORA LÍDER deverá ser intimada após a realização da perícia médica judicial presencial para efetuar o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da intimação, para as perícias médicas presenciais realizadas no curso normal do processo ou a contar da data do recebimento do Ofício original, a ser expedido pelo Juízo competente, para as perícias médicas judiciais presenciais realizadas nas Pautas Concentradas de Perícia. e efetuar o necessário depósito no prazo de 15 dias, a fim de que o feito possa prosseguir". INTIMA-SE a parte ré, considerando o art. 465, §1º e a nomeação do perito, para querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições. Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º). Tudo nos termos da Decisão de fls. 33/34 destes autos.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço **www.tjal.jus.br**, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

12ª Vara Cível da Capital, 06 de abril de 2019. Karina Nakai de C. Barros – Analista Judiciário